

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 NO ENSINO DE HISTÓRIA: REDEMOCRATIZAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS

RESUMO

O presente artigo trata das atividades desenvolvidas na disciplina de História na Escola de Ensino Médio Waldemar de Alcântara, com o propósito de problematizar a situação da democracia e da ordem constitucional no Brasil do ano de 2014 aos dias atuais. As reflexões abordadas pretendem debater como se deu a luta da sociedade civil organizada diante da implantação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, formada por um congresso conservador, naquele momento histórico da nossa democracia, pós ditadura militar. Pretende-se assim demonstrar como foi difícil a redemocratização no Brasil, para que os educandos possam entender a importância da defesa incondicional da ordem democrática e do respeito aos preceitos constitucionais, para que momentos políticos de exceção com a ditadura militar não venham a se repetir. Pretende-se também reforçar a importância da cidadania formal, referente à nacionalidade e, principalmente, à cidadania substantiva, relacionada com direitos sociais, políticos e civis. Para realizar esse momento, estudos como o de Lucas Pedretti e Jorge Ferreira, trouxeram um suporte teórico significativo. Pesquisa realizada em jornal local foi de fundamental importância. Com relação ao ensino-aprendizagem foram disponibilizados aos educandos, além de textos, audiovisuais e aulas expositivas, momentos de pesquisas para a obtenção de uma aprendizagem significativa. Assim, pode-se afirmar que houve um debate importante e necessário, diante da atual situação política institucional no Brasil, onde discutiu-se de forma significativa a importância da manutenção e respeito às instituições democráticas.

Palavras-chave: Brasil; constituinte; redemocratização.

INTRODUÇÃO

Em 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff, então presidente do Brasil, foi reeleita para mais quatro anos de mandato. Candidata pelo PT (Partido dos Trabalhadores), Dilma recebeu 51,64% dos votos válidos, derrotando, em segundo turno, o opositor pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Aécio Neves

que ficou com 48,36% dos votos válidos. (<https://pt.wikipedia.org>). Foi uma das eleições presidenciais mais disputadas do período democrático no Brasil, tendo como agravante o trágico acidente aéreo que vitimou o então candidato a presidente, Eduardo Henrique Accioly Campos, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ressalte-se também o fato de que, naquele ano, também foi disputada a copa do mundo de futebol no Brasil, e que a presidente já vinha sofrendo ataques e protestos por parte da oposição e de uma parcela da população quando da construção dos estádios que iriam receber os jogos do evento. A situação política e social estava bastante tensa e conflituosa.

Diante desse cenário e, após divulgado o resultado final da eleição, o então candidato derrotado, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, representante das forças ditas de direita e conservadoras, lançou suspeições sobre o processo eleitoral, sobre a capacidade da presidente reeleita e, na oportunidade, ventilou a possibilidade de um impeachment da candidata vencedora das eleições, alegando irregularidades na campanha. Estava dada a senha para que os representantes dos partidos de direita, em especial os ligados a ultra direita, mais conservadores e reacionários, iniciassem um movimento de ataques e boicotes ao novo mandato da presidente Dilma.

É do conhecimento geral que, no seu segundo mandato, a presidente Dilma teve enormes dificuldades em governar. Logo no início de 2015, a câmara dos deputados, formada em sua maioria por políticos reacionários e conservadores, elegeu para presidente da casa o deputado Eduardo Cunha. (<https://pt.wikipedia.org>) . Desde sua posse como presidente daquele parlamento, Eduardo Cunha mostrou-se hostil às demandas da presidência, e deu início a um processo de desgaste da mesma. As forças conservadoras e reacionárias, que vislumbraram possibilidades em 2014, ganharam força e maior poder de articulação.

Em face do cenário que se instaurou naquele momento, criaram-se as condições propícias para que fosse articulado um processo de impeachment da presidenta Dilma. Setores reacionários e conservadores dos poderes judiciário e legislativo, juntamente com uma parcela significativa de empresários e com a articulação do então vice-presidente, Michel Temer, planejaram e executaram o processo desejado. Alegando que a presidente Dilma havia desrespeitado a lei orçamentária, que havia cometido improbidade administrativa através das pedaladas fiscais, conseguiram encaminhar o processo de impeachment a câmara dos deputados. Em 17 de abril de 2016, com 367 votos sim e 137 votos não, a câmara aprovou o processo que afastou a presidenta do

cargo. Em 31 de agosto de 2016 o senado federal, por 61 votos sim e 20 não, impediu de vez a permanência de Dilma Rousseff na presidência da República Federativa do Brasil. (<https://infograficos.estadao.com.br>).

Os crimes pelo qual um presidente da república pode sofrer um impeachment, estão enumerados no art. 85 da atual Constituição do Brasil, promulgada em outubro de 1988. (<https://portal.stf.jus.br>). Olhando por esse ângulo, pode-se afirmar que o processo da ex-presidente teve base constitucional. No que se refere à ordem democrática, pode-se afirmar que foi um duro golpe. É do conhecimento de todos que o restante do ano de 2016, e os anos de 2017 e 2018 durante o mandato do presidente Michel Temer. (<https://brasilecola.uol.com.br>) – que assumiu com o afastamento da presidente Dilma – marcou um período de instabilidade política, onde ordem democrática brasileira se fragilizou, o que culminou com a eleição de um candidato à presidência da república – Jair Bolsonaro – que representou e representa um pensamento muito ligado à extrema direita, inclusive com viés religioso conservador e recheado de preconceitos.

Após a eleição do candidato citado, em 2018, além da continuidade de ataques à ordem democrática, passou-se também a ser colocada em xeque a ordem constitucional do país. Ações de desrespeito e de fragilização às instituições democráticas, bem como alterações constitucionais, acompanhadas de questionamentos da mesma, foram a tônica do mandato presidencial eleito em 2018 e empossado em janeiro de 2019. Mesmo com a pandemia da covid 19 esses ataques e essas articulações antidemocráticas e anticonstitucionais permaneceram até as eleições presidenciais de 2022.

Durante a campanha das eleições presidenciais de 2022 pôde-se perceber o quanto a nossa democracia e a nossa ordem constitucional estavam sob ataque e em perigo. Uma campanha de desinformação que já vinha sendo utilizada, acentuou-se de forma significativa, inclusive, com viés religioso, foi crescendo e desafiando todos aqueles que presam pelas ordens democrática e constitucional. Após uma disputa acirrada, saiu-se vencedor o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que retornou com a missão de reestabelecer o caminho do respeito e preservação das instituições democráticas e constitucionais. A posse do presidente no dia 1º de janeiro de 2023 representou um momento de alegria e “alívio” para os milhões de eleitores brasileiros, mas os atos do 8 de janeiro forçaram um ponto de inflexão com relação à ordem democrática e constitucional.

Diante dos acontecimentos nos últimos dez anos na história política do Brasil, onde a nossa democracia esteve sob ataques, como esclarecer a população para a defesa dessa democracia? Para um país como Brasil que, durante o período republicano, conviveu com momentos de democracia e de exceção, como demonstrar que é importante lutar diuturnamente pela manutenção da ordem constitucional e democrática? Através dessas perguntas pretendo demonstrar, tendo como exemplo a elaboração da Constituição de 1988, de como a manutenção de um regime democrático requer uma cidadania crítica e ativa.

Devido a esse contexto, se faz necessário uma análise de como a sociedade brasileira, na sua totalidade, lutou pela volta da democracia. Um estudo da história do tempo presente, tendo como base a instalação da assembleia nacional constituinte em fevereiro de 1987, pode contribuir para esse entendimento. “Mais do que qualquer outra temporalidade, a história do tempo presente não pode desconhecer a evidência de que a história é escrita a partir de um ponto de vista, e, por isso mesmo, é eminentemente política”. (FERREIRA, 2018, p.13).

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é munir os educandos de uma aprendizagem significativa no que se refere a importância da existência de um estado democrático de direito com a manutenção da estabilidade constitucional.

Dentro dessa prerrogativa, entendendo que história não é bula de remédio (SCHWARCZ, 2019, p.26), que se possa refletir sobre a história do tempo presente no Brasil, evitando cometer erros que possam criar possibilidades do surgimento de regimes de exceção, como os vividos entre 1964 e 1985.

1 – A IMPLANTAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

A solenidade de posse de Tancredo Neves e seu vice José Sarney, estava marcada para o dia 15 de março de 1985. Os mesmos haviam sido eleitos por eleição indireta no congresso nacional, marcando a volta dos civis à presidência da república após 21 anos de ditadura militar. Infelizmente, naquele dia o país amanheceu com a notícia do adoecimento de Tancredo Neves que fora internado no Hospital de Base em Brasília. (FERREIRA, 2018, p.35). José Sarney, que havia apoiado a ditadura, teria que assumir o cargo. Para a população em geral e para políticos era difícil de aceitar a situação.

Mesmo assim, Sarney começou a governar como presidente interino enquanto Tancredo estava em tratamento. Em 21 de abril daquele mesmo ano, Tancredo faleceu e Sarney passou a ser o presidente de fato e de direito do Brasil. O mesmo, assumiu sem um plano de governo e com o país sob uma crise social e econômica ganhando cada vez mais corpo. (FERREIRA, 2018, p. 36).

Diante de toda essa situação, Sarney teria que cumprir uma promessa de campanha feita por Tancredo, que era a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte. À sua maneira, cumpriu a promessa, até porque era uma reivindicação de diversos movimentos sociais que lutaram e ainda lutavam pela redemocratização do Brasil naquele momento. Em 28 de julho de 1985, o presidente José Sarney enviou mensagem ao Congresso uma mensagem convocando a assembleia tão aguardada para aquele momento importantíssimo da redemocratização do Brasil.

No início do ano de 1987, a população do Brasil voltava a sentir novamente os efeitos de uma chaga que marcou a economia do país durante os anos 80. O plano econômico conhecido por Plano Cruzado, criado um ano antes, dava sinais de fragilidade no controle inflacionário que já atingia a casa de dois dígitos por mês. Os preços começavam a ser reajustados com frequência, entre eles os de gêneros alimentícios, e a população, principalmente a de menor poder aquisitivo, sentia na pele o drama de ter que sobreviver num momento de inflação elevada, era do que tratava uma notícia do jornal *O Povo* com relação à economia do país.

Mesmo diante de um cenário difícil da economia do Brasil, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, lembrava o jornal *O Povo*, daquele dia. Das sete constituições anteriores, apenas três haviam sido elaboradas de forma congressual. Esse era um dos vários motivos que demonstravam o quanto era importante aquele momento para a redemocratização do país. Editorial do jornal *O Povo*, de 1º de fevereiro daquele ano afirmava que: “estava sendo instalada a Assembleia que dará a carta que está faltando para a implantação do regime democrático”. Percebe-se assim o quanto uma nova Constituição seria importante para a concretização da luta de vários setores da sociedade civil organizada.

Reportagem do jornal *O Povo* em fevereiro de 1987 destacava também que naquele momento de implantação da Assembleia Constituinte o presidente José Sarney proferiu discursos onde defendia que a Constituinte elaborasse uma carta duradoura que consagrasse o governo da lei e não dos homens. Por outro lado, mesmo passando por dificuldades financeiras, oriundas da crise econômica inflacionária que se instalava, a

população vislumbrava a oportunidade de fazer valer suas demandas. A sociedade civil organizada tinha novamente a oportunidade democrática de lutar por seus direitos. (FERREIRA, 2018, p. 40).

Para entender melhor a importância da Assembleia Nacional Constituinte no que se refere à redemocratização do Brasil nos primeiros meses de 1987, faz-se necessário a análise de um contexto da época que vai nos permitir elaborar pertinências e entender relações que ligam os acontecimentos daquela época aos momentos vividos dos últimos dez anos do estado democrático de direito no Brasil.

O perfil do Congresso constituinte

Em novembro de 1986, foram eleitos os congressistas que iriam formar a Assembleia Nacional Constituinte. Esses constituintes, juntamente com senadores que haviam sido eleitos em 1982, ainda no período ditatorial, iriam elaborar a nova Constituição do Brasil. Interessante notar que uma parte considerável dos congressistas eram ligados a partidos como o PMDB, PDS e PFL que haviam apoiado ou convivido com o regime ditatorial.

Importante lembrar que durante um período considerável da ditadura no Brasil, existiu o regime bicameral onde somente existiam a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) ligada ao governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) partido de oposição. Findo a ditadura, a maioria dos políticos ligados a esses dois partidos formou denominações como as citadas no parágrafo anterior. Muitos desses partidos e políticos com viés conservador e alguns desses partidos e políticos com viés progressista. “Havia, portanto, um conflito entre forças que lutavam pelo avanço do processo de redemocratização do país e o conservadorismo da cultura política brasileira”. (FERREIRA, 2019, p.44). Essa situação merece uma reflexão a partir da charge que segue.

Imagem 1: A Assembleia Nacional Constituinte.



Fonte: Jornal *O Povo* - 1987

O autor da charge é o cartunista Sinfrônio, artista que se dedica a produzir charges que abordam assuntos ligados em sua maioria à política e à economia. A charge em questão foi publicada no caderno de política do jornal *O Povo*, em 1º de fevereiro de 1987, no mesmo dia em que foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte que iria discutir e elaborar a nova Constituição do Brasil.

A mesma retrata um diálogo entre um homem bem vestido levando alimento à boca e um homem com roupas simples que não tem com o que se alimentar. A mesa é comum aos dois. Além das diferenças nas vestimentas, percebe-se também que a cadeira onde está sentado o homem bem vestido é maior e mais elegante do que a cadeira onde está sentado o homem com roupas simples. A representação em cima da mesa remete à sede do Congresso Nacional, situada em Brasília. Os pratos utilizados são uma analogia às cúpulas que representam a câmara dos deputados, onde trabalham os deputados federais e o senado federal, onde trabalham os senadores. Na faixa que se estende entre os prédios de ambas as casas legislativas, está escrito a palavra **CONSTITUINTE**, o que é uma menção à Assembleia instalada naquele momento. O homem bem vestido representa a classe política que no diálogo pede confiança, prometendo melhorias ao povo brasileiro representado pelo homem vestido de forma mais simples.

A escolha da charge em questão, tem por objetivo fazer uma reflexão sobre as permanências na cultura política brasileira e da forma como essa classe política entende a relação com a população em geral. Percebe-se que, mesmo no momento em que a democracia estava sendo reconstruída e reconquistada, os privilégios da classe política no Brasil e daqueles que a financiavam estariam garantidos. A classe política, como sempre estaria como guardião desses privilégios. Percebe-se também a intenção de manter a população distante das decisões políticas como sendo uma apropriação do que havia sido feito anteriormente, já que, como dissemos boa parte dos congressistas constituintes tinham ligações com a ditadura militar acabado dois anos antes.

A luta pela redemocratização

Em fevereiro de 1987, reportagem do jornal *O Povo* firmava que, dentre as agremiações partidárias que abrigavam os congressistas constituintes, estavam o PFL (Partido da Frente Liberal) e o PDS (Partido Democrático Social). Os políticos ligados a esses partidos tinham fortes ligações com o regime militar. Reforça-se aí a permanência da defesa dos privilégios da classe política brasileira bem como daqueles que os financiavam. Era preciso que a população, representada pelas instituições sociais organizadas, se fizesse presente na elaboração da Constituição. Para se ter uma ideia “no início da Constituinte, todos os parlamentares um pequeno livreto produzido pelo Centro de Comunicação Social do Exército” (PEDRETTI, 2024, p.239) o que demonstrava a influência das forças retrógradas e reacionárias sobre os constituintes.

Nesse sentido, apesar de todas as dificuldades, a luta da população pela a construção de uma Constituinte que garantisse a democracia e que trouxesse mais justiça social foi de extrema importância para aquele momento político no Brasil. “No processo constituinte ocorreu enorme e inédita mobilização popular” (FERREIRA, 2019. P.43). Dentre tantos, pode-se citar movimentos pelos direitos das mulheres – o lobby do batom - , dos negros, dos portadores de deficiência física, dos idosos, dos indígenas, das crianças, dos adolescentes, dentre outros. Deve-se destacar também a mobilização de grupos organizados da sociedade que deram contribuições importantes como Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), CNBB e Federação dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro. Esse exemplo de participação foi também representado pela criação do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte. Na esteira desses movimentos surgiram tantos outros que foram de fundamental importância na representatividade popular, demonstrando um

momento muito importante de participação cidadã na luta e na manutenção da democracia que tanto custou a ser reconquistada, como podemos ver na imagem em questão.

Imagem 2 – A participação popular na Assembleia Nacional Constituinte.



Fonte: Jornal *Gazeta do Povo* - 1988

A foto em questão consta do acervo digital da Fundação Ulysses Guimarães e foi realizada nos primeiros meses de 1988, quando os trabalhos de elaboração da Constituição estavam sendo realizados. Constituição que seria promulgada em outubro do mesmo ano.

A imagem em questão retrata a participação popular durante os trabalhos da elaboração da Constituição de 1988. Esse número significativo de pessoas encontra-se nas imediações do congresso nacional. Ao fundo, no que se refere a edificação, podemos ver o prédio que abriga a câmara dos deputados, onde trabalham os deputados federais e a concha voltada para baixo, que representa os intentos dos estados da federação representados pelos senadores. Com relação às faixas mais ao fundo, percebe-se que a grande maioria possui frases que reivindicam direitos para a população. Numa aproximação melhor, pode-se perceber que uma pede a participação popular e outra contém alguma frase de efeito relacionada à reforma agrária. Na faixa destacada na foto

lê-se a frase Constituinte sem povo não cria nada de novo. No geral, percebe-se que boa parte das pessoas estava em movimento.

A escolha da imagem em questão, pretende fazer uma relação com o tema discutido, no que se refere à participação significativa e inédita da população e no que se refere à luta pelos direitos sociais e à pressão que foi feita junto ao Congresso Nacional na busca de assegurar a redemocratização do Brasil e a melhoria de vida para as pessoas. Esse dia foi apenas um dos muitos em que a população, nas suas mais variadas representações, se fez presente ao centro do poder político do Brasil para fazer valer os seus direitos. A frase Constituinte sem povo não cria nada de novo, além de ser emblemática no sentido da participação popular, passa uma mensagem aos constituintes de que o poder de decisão sobre os destinos do país não estava somente nas mãos deles. Sabe-se hoje que a Constituição sofreu alterações de quando foi promulgada aos dias de hoje, mas àquela época a participação popular foi importante e é exemplo para as atuais gerações bem como para as gerações que virão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, acredita-se que o estudo dos acontecimentos para a implantação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, possibilitou um material de fundamental importância para que se possa adquirir uma consciência cidadã significativa do que é defender a democracia e os preceitos constitucionais. Nesse sentido a resposta da problemática de pesquisa é que a apropriação dessa consciência é uma prerrogativa fundamental para o enfrentamento à desinformação das redes sociais e de indivíduos ou instituições que atacam diuturnamente a estabilidade democrática e constitucional do Brasil. São importantes também porque servem de suporte no que se refere a combater narrativas de setores reacionários e conservadores de direita, que divulgam soluções simplórias para a resolução dos problemas sociais complexos, através da política.

Assim, fica evidente que, através do conhecimento histórico, no caso o estudo da implantação da Assembleia Constituinte de 1988, os cidadãos e as cidadãs do país podem adquirir meios para combater qualquer tipo de atitude ou desinformação que tente desqualificar a importância do estado constitucional e democrático de direito. Mirando essa construção cidadã/consciente, pode-se almejar uma população mais crítica e esclarecida para a construção de um país mais justo e equânime.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos 3a. ed, - São Paulo: Cortez, 2009.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PINSKY, Jaime. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016) – 1ª. ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil / Boris Fausto; colaboração de Sérgio Fausto. – 14ª. ed. Atualizada e ampliada. 1ª. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. (Didática 1).
- “Uma data histórica”. *O Povo*, 1º fev. 1987.
- “Instala-se a Assembleia Nacional Constituinte”. *O Povo*, Fortaleza, 2 fev. 1987.
- “Constituinte exalta a liberdade”. *O Povo*, 2 fev. 1987.
- “Para Sarney, a restauração da democracia”. *O Povo*, 4 fev. 1987.
- PEDRETTI, Lucas. A transição inacabada: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
- PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do fato – 14ª. ed. – 8ª. impressão. – São Paulo: Contexto, 2023.
- PINSKY, Carla Bassanezi ; PINSKY, Jaime. História da cidadania. – 6ª. ed. – São Paulo: Contexto, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. – 1ª. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.